

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC**

**REGISTRO DA 3ª REUNIÃO DE 2021**

**1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

<b>Data</b>	<b>30/04/2021</b>	<b>Horário início</b>	<b>15:30h</b>	<b>Horário término</b>	<b>17h</b>
<b>Tipo</b>	Reunião do Comitê de Governança de TIC				
<b>Local</b>	<i>Google Meet</i>				
<b>Objetivo/Pauta</b>	1. Relatos sobre segurança da informação 2. Revisão do PDTIC 2020-2021				

**2. PARTICIPANTES**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Des. <b>CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA</b>	Presidente do Comitê de Governança de TIC, eleito pelo Tribunal Pleno
Des <sup>a</sup> . <b>DENISE PACHECO</b>	Eleita pelo Tribunal Pleno
Des. <b>MANUEL CID JARDON</b>	Eleito pelo Tribunal Pleno
Juíza <b>ANITA JOB LÜBBE</b>	Eleita pelos juízes de 1º grau em atividade
JEFERSON ANDRADE , representando o Juiz <b>LEANDRO KREBS GONÇALVES</b>	Juiz Auxiliar da Corregedoria, representante da Secretaria da Corregedoria
<b>EDSON PECIS LERRER</b>	Juiz Diretor do Foro Porto Alegre
<b>BÁRBARA BURGARDT CASALETTI</b>	Diretora-Geral
<b>GERALDO CRUZ TEIXEIRA</b>	Secretário-Geral Judiciário
<b>NATACHA MORAES DE OLIVEIRA</b>	Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>PABLO PAULO BARROS</b>	Coordenador de Implantação de sistemas
<b>DENILSON QUADROS</b>	Coordenador de Atendimento a usuários
<b>ANDRÉ FARIAS</b>	Coordenador de Desenvolvimento de sistemas
<b>PAULO MENDES RIBEIRO MENDES</b>	Coordenador de Gestão de Infraestrutura

### 3. PAUTA

3.1	<b>Relatos sobre segurança da informação</b>
<p><u>NATACHA</u> inicialmente informou que, apesar da Pauta ter como foco a aprovação do PDTIC, em razão do ataque cibernético ocorrido no TJRS, se fez necessário prestar alguns esclarecimentos para que o Comitê fique ciente de que a SETIC está atuando para proteger o TRT4 desse tipo de ataque. Ressaltou que, embora se implementem muitas medidas de segurança, todas as empresas estão sujeitas a ataques cibernéticos. A partir do ataque no TJ-RS, as equipes de infraestrutura e segurança da informação passaram a restringir ainda mais alguns tipos de acesso, com os devidos cuidados para evitar impacto significativo no uso dos sistemas pelos servidores e magistrados. Informou que havia notícias de que o ataque no TJ envolveu o uso de VPN, tecnologia que conecta o usuário de uma máquina externa, na rede interna do Tribunal, e que esse tipo de uso não é comum no TRT4. É utilizado para atendimento de algumas necessidades pontuais. Relatou que o risco aumenta quando se permite a conexão em VPNs de equipamentos particulares, sobre os quais não se pode realizar muitos controles. Salientou que a equipe técnica da SETIC está muito atenta e que mais ações de proteção estão sendo implementadas, inclusive fora da rede do TRT. <u>NATACHA</u> apresentou como uma das lições já aprendidas do ataque ocorrido no outro órgão, a necessidade de que o TRT4 tenha um plano de procedimentos em casos de ataques cibernéticos, de forma que o TRT possa atuar, pelo menos em questões emergenciais, de forma organizada e previamente planejada. A SETIC já elabora planos de contingência e de continuidade operacional de TI, mas o Tribunal precisa elaborar os procedimentos de continuidade também das áreas de negócio. Ficou sugerido um trabalho coordenado pela SegJud e Corregedoria e foi ratificado pelo Desembargador <u>CASSOU</u>, de modo que as unidades judiciárias saibam como proceder em relação às rotinas de trabalho processual no caso desse tipo de ocorrência. Desembargadora <u>DENISE</u> manifestou seu apoio a esta proposta de trabalho como forma prevenção para algo que não se deseja que ocorra, mas para o qual é importante se preparar. <u>NATACHA</u> informou, ainda, que recebeu do grupo nacional de Diretores de TI uma lista com e-mails institucionais e senhas, cadastrados em serviços não vinculados ao TRT, que “vazaram” em ataques cibernéticos realizados em diferentes momentos do passado. Após levantamento, identificou-se que a maioria das senhas informadas não atendiam aos requisitos de complexidade de senha exigidos no TRT, razão pela qual restou evidente que tais senhas não eram usadas em sistemas corporativos. Um número pequeno de magistrados e servidores foram contatados pelo Atendimento para trocarem suas senhas, pois as senhas “vazadas” estariam compatíveis com as características de senha do TRT. Ressaltou a importância de uma nova campanha para divulgação de questões de segurança envolvendo o uso dos e-mails institucionais em cadastros e suas respectivas senhas, tanto para servidores quanto para Magistrados. Os Juízes <u>EDSON</u>, <u>ANITA</u> e a Desembargadora <u>DENISE</u> manifestaram seu apoio e propuseram-se a participar da divulgação entre os magistrados e recomendaram que por tratar-se de uma especialidade técnica e de segurança da informação, a campanha seja disparada pela SETIC para que tenha maior efetividade.</p>	
<p><b>Deliberação:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1 - Setic deve encaminhar orientações sobre questões de segurança envolvendo o uso do email institucional e respectivas senhas</li><li>2 - Setic deve encaminhar pedido de formação de grupo de trabalho para definição de plano de procedimentos em caso de ataques cibernéticos.</li></ol>	
3.2	<b>Apresentação do PDTIC</b>

**Relato:**

- Natacha salientou que o PDTIC é o principal plano de trabalho da TI, na medida em que a Entic-Jud (Estratégia Nacional de TIC do Judiciário) determinou que os Tribunais não tenham mais seus planos estratégicos de TI, focando no plano diretor, que deve conter as diretrizes e metas a serem atingidas nos próximos anos. O PDTIC do TRT4 sempre acompanhou as administrações, tendo validade de dois anos. Assim, chegaria ao final de sua vigência em abril de 2022, No entanto, sugere-se encerrar esse ciclo em maio de 2021, uma vez que já elaborado novo PDTIC à luz da ENTIC-JUD atual.
- O Plano diretor foi construído pelo Comitê Gestor de TIC, com base nas 4 dimensões do ITIL, que levam em consideração que as empresas (inclusive Tribunais), são cada vez mais dependentes de tecnologia, e portanto, as iniciativas de TI definidas no plano, bem como seu acompanhamento periódico, devem considerar os fatores externos: políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais.
- A elaboração do PDTIC é feita em várias etapas, como a preparação do documento, avaliação do que foi realizado no ciclo anterior, levantamento das necessidades e planejamento. A priorização das ações e projetos é feita por análise de critérios como importância estratégica, abrangência, urgência, tempo estimado e tendência.
- O PDTIC está alinhado ao planejamento estratégico de TIC do Judiciário cujo mapa está completo no documento encaminhado aos membros do Comitê, e todos os seus pilares estão sendo atendidos com ações e projetos que fazem parte do plano, sendo o principal foco a Transformação Digital para aumentar o acesso à Justiça através de plataformas digitais. O plano de transformação digital do TRT4 deve ser entregue ao CNJ até julho de 2021.
- Outro planejamento ao qual o PDTIC está alinhado é o institucional do TRT4. Neste momento o PE institucional está em revisão e poderão surgir novas demandas para a SETIC até sua conclusão. Nesse caso, basta revisar o PDTIC ora proposto.
- No que se refere aos levantamentos de TI realizados anualmente, destaca que o TRT é auditado por diferentes órgãos de controle (TCU, CSJT, CNJ), sendo o principal indicador o IGOVTIC-JUD. NATACHA demonstrou o gráfico de desempenho do TRT4 neste diagnóstico desde 2016. Relatou que nem todos os processos exigidos são considerados relevantes para a realidade do TRT4, em prol da agilidade e eficiência, pois o custo da burocratização nem sempre tem o benefício equivalente.
- A governança de TIC é exercida pela Administração do TRT, Comitê de governança e Comitê de segurança da informação. A gestão de TIC é feita pela Diretora de Secretaria, Comitê Gestor de TIC e pelos gestores de sistemas. A governança do Pje é feita pelo Comitê Gestor Regional, que tem representação de várias classes. NATACHA informa a necessidade de inclusão de representantes de oficiais de justiça e uma pessoa portadora de deficiência, de acordo com a Resolução CSJT 185/2017.
- No PDTIC, são abordados os principais temas envolvidos na Gestão de TI: Gestão de pessoas, gestão de processos, gestão de serviços, gestão de operações, gestão de segurança da informação, planejamento e gestão de contratações e planejamento e gestão de projetos e ações de TIC.
- Gestão de pessoas: NATACHA salientou que a retenção de talentos é um dos fatores mais preocupantes atualmente. A equipe da SETIC é muito engajada e dedicada e se sente parte do negócio do TRT, porém está havendo um forte assédio de empresas do mercado aos profissionais de TI em geral. Em razão de sua estrutura hierárquica, o TRT só permite reconhecimento para gestores e não para os técnicos de bom desempenho. De uma forma geral os profissionais de TI tiveram uma grande valorização no mercado de trabalho por sustentarem os negócios das empresas, o que ficou evidenciado na pandemia. Escassez de mão de obra especializada em TI, aliada a uma excelente remuneração, provavelmente, fará com que a rotatividade aumente e reduza ainda mais o quadro de pessoal da SETIC, o que colocará em risco a operação do Tribunal. Essa realidade deve ser encarada nessa etapa de planejamento, para que seja possível ao Tribunal implementar medidas que reduzam esse risco. NATACHA salientou, nesse contexto, a importância de uma política de valorização da carreira técnica como forma de reduzir a rotatividade e possibilitar a retenção dos profissionais altamente qualificados que a SETIC está perdendo para o mercado. Exemplificou que na TI, as funções FC05 só podem ser atribuídas a chefias, diferentemente do que ocorre na área judiciária. O

plano de capacitação apresentado no PDTIC garantirá em torno de 7 mil horas de capacitação para a equipe de TI. Os técnicos de TI são altamente capacitados em razão das necessidades impostas pelo trabalho que desempenham na instituição. Porém, acesso a capacitação não retém os melhores profissionais. Contribuem para melhoria do seu nível técnico, tornando-os mais atraentes para o mercado, que lhes oferece, além de melhores salários, possibilidades de crescimento na carreira.

- Desembargadora DENISE mencionou o quanto se preocupa com a questão de evasão dos profissionais da TI e sugeriu que o Comitê leve essa questão para a Administração para tratamento de forma institucional e que seja dirigida também ao Colepccor, para que se reflita nacionalmente sobre a necessidade de valorização da carreira técnica de TI, com uma ação pontual focada nos servidores de TI, desvinculada das demais carreiras do Judiciário. Relata que seguidamente se depara com processos trabalhistas de profissionais de TI e tem consciência de que os salários pagos no mercado são altos e os profissionais altamente valorizados. Salienta que a SETIC é reconhecida há muitos anos pela qualidade dos serviços e competência, além de que o assunto tem sido trazido de forma recorrente para as reuniões deste Comitê.
- Des. JARDON apoiou a fala da Des. DENISE e lembrou que há uma prioridade nacional do CNJ pela Justiça 100% digital.
- Des. CASSOU ratificou as falas anteriores e reforçou que o assunto deve ser amplamente discutido para que não se percam os profissionais de TI.
- NATACHA relatou que havia um estudo para a criação de uma gratificação específica de TI. No entanto, no processo administrativo protocolado no TRT4, a Administração ratificou despacho da Direção Geral que justificou ser inviável o encaminhamento de qualquer projeto que implicasse em aumento de despesas. Aponta, em tempo, que o Comitê Gestor de TIC entende ser viável o remanejamento de gratificações já existentes no TRT, o que pode ser feito em curto espaço de tempo, uma vez que há cargos com atribuições defasadas em relação ao momento atual do TRT recebendo CJ-1. Essa realidade desmotiva o pessoal de tecnologia que compreende a complexidade e responsabilidade de suas atribuições (uma vez que afetam todo o Tribunal e seus milhares de usuários internos e externos), mas se deparam com atividades de menor impacto para o Tribunal com remuneração muito superior. Um exemplo disso são as CCDF's no interior do Estado, todas com CJ-1, sendo que a maior parte de suas atribuições foram absorvidas pelo PJe. Seria uma forma de atender de forma mais imediata essa demanda de valorização dos profissionais de TI, que são hoje considerados cruciais para o desenvolvimento e atualização de sistemas Judiciais bem como manutenção da infraestrutura e segurança, nos mais diversos horários e em finais de semana e feriados.
- Neste sentido, NATACHA sugere que haja duas frentes: um trabalho interno no TRT de realocação de funções e CJ's já existentes, o que pode ser feito mais rapidamente; e outra de caráter nacional, junto ao CSJT. O que vem ocorrendo ao longo dos anos é que com o processo eletrônico, os Tribunais transferiram para as TI's a responsabilidade de manter os processos judiciais e não deu a devida valorização e condições para que estas áreas o façam com segurança. As TI's das grandes empresas como bancos, tiveram alta valorização de seus profissionais e aumento dos quadros. Des. DENISE sugere que se solicite uma audiência com a Presidente o mais rápido possível, para solicitar o encaminhamento das duas ações, interna e externamente.
- NATACHA solicitou prorrogação da validade do PDTIC atual para 30 de maio, tempo necessário para que o Comitê avalie as propostas do plano, enviado a todos por e-mail. Registrou ainda agradecimento ao Juiz Edson pelo apoio recebido da CAP, vinculada ao foro de Porto Alegre nos atendimentos ao público externo, o que reduz em muito os chamados que chegam até a TI. Juiz EDSON se pronunciou sobre a necessidade de reconhecimento do pessoal da TI e que o comitê de movimentação de servidores, sempre muito sensível às necessidades da TI, pode dar apoio a esta demanda por entender que a TI é atualmente o coração do Tribunal.

**Deliberação:**

- Prorrogação do PDTIC atual para 30 de maio aprovada.
- Encaminhar à Presidente do Tribunal a demanda por valorização dos profissionais da SETIC.

Anexo: Íntegra do PDTIC será anexada à ata da próxima reunião.

Próxima reunião: 07 DE MAIO ÀS 14H